

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV – Nº 786 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 17 DE DEZEMBRO DE 1998

Produtividade marcou trabalho dos parlamentares, afirma ACM

Para o presidente do Senado e do Congresso, as atividades desenvolvidas neste ano resultaram não apenas na apreciação de grande número de matérias, mas sobretudo em decisões fundamentais para o país

Em entrevista coletiva na qual fez um balanço das atividades do Legislativo, o presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, considerou 1998 “um ano muito produtivo” tanto na Câmara como no Senado. A sua avaliação leva em conta não só a quantidade de temas e propostas discutidos e votados

como a importância e o impacto das decisões tomadas pelos deputados e senadores.

De um lado, observa ele, foram aprovadas várias matérias, como as alterações no sistema de previdência e a reforma na administração pública, que contribuem para mudar radicalmente aspectos estruturais da realidade

brasileira.

De outro, constata Antonio Carlos, nem a realização das eleições afetou a produtividade do Parlamento. Durante o ano de 1998, o plenário do Senado Federal votou nada menos que 431 matérias, apreciadas num total de 168 sessões.

PÁGINAS 3 A 9



**431 matérias apreciadas
351 propostas aprovadas
168 sessões realizadas**

Durante o ano, o plenário do Senado Federal apreciou 18 propostas de emenda à Constituição

“Ciclo de mudanças prossegue em 99”

Para Antonio Carlos (*foto*), a fase das “grandes mudanças” inaugurada em 95 continua no ano que vem, com a discussão de questões como a reforma política e as mudanças no sistema tributário.

PÁGINA 3



**FHC será
empossado
no dia 1º**

PÁGINA 2

JORNAL DO SENADO
Aos Leitores

Em razão do período de recesso parlamentar, esta publicação só voltará a circular no dia 5 de janeiro.

Congresso dá posse a FHC no próximo dia 1º

Reeleitos neste ano, o presidente da República e seu vice, Marco Maciel, prestarão o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição em uma solenidade marcada para as 17 horas, no plenário da Câmara

Será às 17h do dia 1º de janeiro, em sessão solene do Congresso Nacional, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães, a posse do presidente Fernando Henrique Cardoso para o seu segundo mandato. Junto com o vice-presidente Marco Maciel, ele prestará o compromisso constitucional de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro e sustentar a União, a integridade e a independência do Brasil.

Está previsto que Fernando Henrique Cardoso e Marco Maciel chegarão no carro oficial da Presidência da República às 16h55, descendo em frente à rampa de acesso ao Legislativo. Ali serão recebidos pelos presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara, Michel Temer. Os

quatro subirão a rampa pisando num tapete vermelho, ladeado por soldados da guarda de honra dos Dragões da Independência.

Quando todos chegarem ao plenário da Câmara, o presidente do Congresso assumirá a direção dos trabalhos, declarando aberta a sessão para a posse do presidente e do vice-presidente da República. Os dois lerão o juramento constitucional. Ao final, serão declarados empossados e o primeiro-secretário da Mesa do Congresso, deputado Ubiratan Aguiar (PSDB-CE), lerá o termo de posse.

Esse termo será assinado pelos empossados e pelos membros da Mesa, seguindo-se a execução do Hino Nacional pela Banda dos Fuzileiros Navais. Só então Fernando Henrique Cardoso lerá seu discurso como eleito para mais

um mandato presidencial. Encerrado esse pronunciamento, Antonio Carlos Magalhães saudará os empossados, declarando em seguida o encerramento da sessão.

Os presidentes da República, do Senado e da Câmara e o vice-presidente da República deixarão o plenário pelo Salão Negro, seguindo pela rampa até o gramado em frente ao Congresso. Ali, Fernando Henrique Cardoso receberá honras militares, como comandante-em-chefe das Forças Armadas. A Banda do Batalhão da Guarda Presidencial executará o Hino Nacional e o presidente da República passará então as tropas em revista. Durante esse ato, serão ouvidos 21 tiros de canhões.

Fernando Henrique Cardoso seguirá então para o Palácio do Planalto,



onde, às 18h, dará posse aos ministros que integrarão seu governo. Só no dia 4 de janeiro ele receberá os cumprimentos do corpo diplomático.

Como o plenário da Câmara, onde se realizará a solenidade da posse, só comporta 394 pessoas, os convidados para a cerimônia estão restritos às autoridades. Não está prevista a vinda de esposas e maridos dos convidados.

Fernando Henrique lerá o juramento constitucional de posse ao lado do seu vice, Marco Maciel

Senadores assumem em fevereiro

Será no dia 1º de fevereiro, em sessão solene pública, a posse dos 27 senadores eleitos em outubro passado para representar os estados brasileiros no Senado Federal. Junto com a posse desses parlamentares se inaugurará a 51ª Legislatura, devendo ser eleitos no mesmo dia os integrantes da Mesa que dirigirá os trabalhos da Casa nos próximos dois anos.

Nesse ato público, os senadores eleitos se investirão do mandato a eles conferido pelo povo, devendo antes entregar à direção da Casa o diploma expedido pela Justiça Eleitoral, o qual será publicado no *Diário do Congresso Nacional*. Eles deverão comunicar também o nome parlamentar com que deverão ser registrados nas publicações do Legislativo.

De acordo com o disposto no Regimento Interno do Senado, o juramento que os eleitos prestarão no dia 1º de fevereiro será o seguinte: "Prometo guardar a Constituição federal e as leis do país, desempenhar fiel e lealmente o mandato de senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil".

Um só senador deverá ler o jura-



Entre os senadores que tomam posse em fevereiro, estão alguns reeleitos, como Eduardo Suplicy, José Sarney e Pedro Simon

mento, devendo os outros, ao serem chamados, confirmá-lo com a expressão "assim o prometo". O Regimento

não prevê o uso da palavra por nenhum dos empossados, a menos que tenha uma declaração pertinente a fazer.

Só depois de encerrada a posse é que o presidente da atual legislatura deverá convocar uma segunda reunião para a eleição da nova presidência. Numa terceira reunião, se elegerão os demais membros da Mesa.

Tomarão posse 27 senadores eleitos

Alberto Silva (PMDB-PI)	Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS)
Álvaro Dias (PSDB-PR)	Luiz Estevão (PMDB-DF)
Amir Lando (PMDB-RO)	Luiz Otávio (PPB-PA)
Antero de Barros (PSDB-MT)	Luiz Pontes (PSDB-CE)
Eduardo Suplicy (PT-SP)	Maguito Vilela (PMDB-GO)
Eduardo S. Campos (PFL-TO)	Maria do Carmo Alves (PFL-SE)
Fernando Bezerra (PMDB-RN)	Mozarildo Cavalcante (PPB-RR)
Gilberto Mestrinho (PMDB-AM)	Ney Suassuna (PMDB-PB)
Helôisa Helena (PT-AL)	Paulo Hartung (PSDB-ES)
Jorge Bornhausen (PFL-SC)	Paulo Souto (PFL-BA)
João Alberto (PMDB-MA)	Pedro Simon (PMDB-RS)
José Alencar (PMDB-MG)	Saturnino Braga (PSB-RJ)
José Jorge (PFL-PE)	Tião Viana (PT-AC)
José Sarney (PMDB-AP)	

CPMF e reforma política na pauta para janeiro

A mensagem presidencial que convocou sessão legislativa extraordinária do Congresso Nacional a se realizar de 4 a 29 de janeiro prevê a apreciação de propostas de emendas constitucionais (PEC), projetos de lei, tratados e acordos internacionais, matérias de competência privativa do Senado e da Câmara dos Deputados e medidas provisórias. Entre as matérias a serem analisadas pelo Senado estão a proposta de emenda constitucional que altera a alíquota da CPMF e as propostas de reforma político-partidária.

A PEC da CPMF teve parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP) e propõe a prorrogação da contribuição, alterando suas alíquotas de 0,20% para 0,38%. A matéria vai para o segundo dia de discussão em plenário. Para aprovação são necessários dois turnos de votação, com cinco sessões para discussão em primeiro turno e três em segundo.

Outro trabalho importante que terão os senadores durante o período de convocação extraordinária é a análise das oito PECs e três projetos de lei que constam da reforma político-partidária. Ao entregar, no último dia 3, o relatório da comissão temporária que anali-

sou o assunto, o senador Sérgio Machado (PSDB-CE) já assinalava a importância da matéria para o país. "Esta é a mãe de todas as reformas", ressaltou na ocasião.

Uma importante inovação é o financiamento exclusivamente público para as campanhas eleitorais. A proposta aprovada pela comissão também institui o sistema distrital misto, com a apresentação de cada estado e do DF sendo composta em 50% por candidatos eleitos em distritos e a outra metade sendo completada pelos nomes constantes de listas partidárias.

Possui parecer favorável do senador Josaphat Marinho (PFL-BA), aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e deve ser incluído em pauta já no início da convocação o projeto que permite o parcelamento de terras desapropriadas. A proposta facilita os assentamentos de populações carentes, possibilitando programas de reforma urbana. Com a medida, a União, estados, Distrito Federal e os municípios poderão adotar procedimentos mais rápidos para a divisão da terra, sem a necessidade de aguardar decisão judicial referente a pagamento de indenização.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvia Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvia Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais
Fotos: Célso Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça das Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

ACM destaca "ciclo das grandes mudanças"

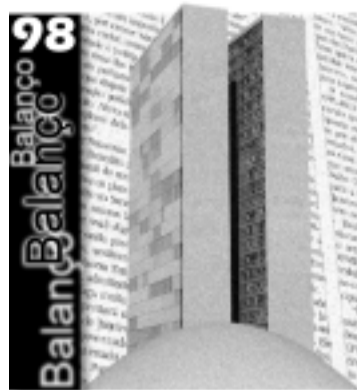
Presidente do Congresso diz que, em 1998, Legislativo avançou na tarefa de implementar reformas que abriram a economia brasileira e irão mudar a face de setores como a Previdência Social e a administração pública

Um ano muito produtivo no Congresso Nacional. Esta é a avaliação feita pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente do Senado e do Congresso.

O senador informou que 102 projetos foram aprovados e enviados à sanção presidencial, e que quatro emendas constitucionais foram aprovadas e promulgadas. Antonio Carlos prevê que o ciclo das grandes mudanças deverá continuar ao longo de 1999, dessa vez incluindo as reformas tributária e política.

Em entrevista coletiva na qual fez um balanço das atividades do Congresso em 1998, o senador lembrou que o ciclo das reformas constitucionais começou em 1995, sob o comando de seu filho, o então presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães.

De lá para cá, observou, ocorreram importantes mudanças constitucionais que permitiram abrir a economia e deflagrar reformas estrutu-



rais igualmente expressivas, seja para a administração pública, seja para a área da Previdência Social, disse Antonio Carlos, "ainda que possam não ter sido as ideais".

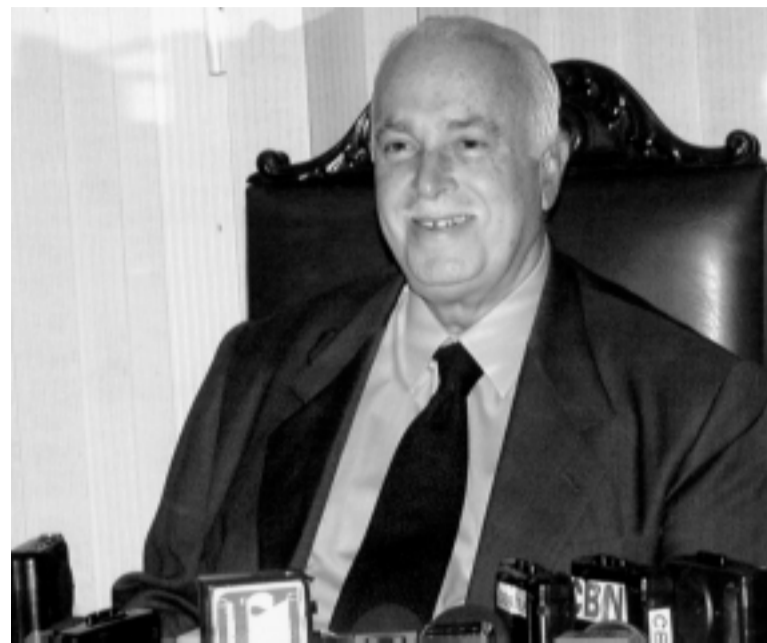
O presidente do Congresso lembrou que o governo obteve grandes avanços. E que, se não conseguiu aprovar, por exemplo, a cobrança da contribuição previdenciária dos servidores públicos inativos, a decisão resultou de uma

"maioria parlamentar que tem de ser respeitada, ainda que essa maioria possa até errar".

O senador enfatizou que "se mais não foi feito" não se pode culpar o Legislativo. Para ele, caberia ao governo ter providenciado o envio de medidas, como a reforma tributária.

Antonio Carlos destacou outras matérias relevantes que foram aprovadas pelo Senado e esperam decisão da Câmara dos Deputados, como a proposta de um novo Código Civil. "Às portas do ano 2000, estamos com um Código Civil defasado, que vem de 1917", afirmou. O aprimoramento do instituto da medida provisória é outra necessidade urgente, na sua avaliação, para garantir ao Congresso o exercício de sua prerrogativa, que é a de legislar.

– Vamos dar a César o que é de César, para impedir que o governo legisle por meio de medida provisória, quando a atividade de legislar é do Poder Legislativo – analisou.



Antonio Carlos defende a regulamentação das medidas provisórias para devolver ao Parlamento a prerrogativa de legislar

CPMF deve ser votada até 22 de janeiro

A votação da nova Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) pelo Senado deverá estar concluída até 22 de janeiro, durante a convocação extraordinária, prevê o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

Ao considerar a evolução das medidas de ajuste das contas públicas, o senador concordou, entretanto, com as críticas às altas taxas de juros vigentes no país. "Como está é impossível, e nisso até o governo concorda", observou. Ele distinguiu esse quadro das críticas que vêm sendo feitas pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) à equipe econômica. "É que nem sem-

pre os interesses da Fiesp são os do Brasil", explicou.

Quanto à reforma ministerial, Antonio Carlos disse temer que "a criação de um Ministério da Produção, do Desenvolvimento ou que nome tenha, possa causar uma decepção, na medida em que gere expectativas impossíveis de realizar a curto prazo, notadamente em um ano difícil como o que será 99". O senador acha legítima a intenção do presidente da República de contar com uma pasta que possa contribuir para oferecer ao país um projeto consistente de desenvolvimento sustentado. Mas manifesta temor quanto a esse "efeito psicológico" involuntário.



Apesar de ter se reunido neste ano 73 vezes a menos que em 97, por causa das eleições, os senadores apreciaram desde janeiro 431 matérias, número pouco inferior ao verificado no ano passado

Senadores avaliaram quase mil matérias no período de dois anos

Nos últimos dois anos, os senadores apreciaram quase mil proposições. Nesse período, a Casa concluiu votações consideradas "indispensáveis" pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, como as reformas administrativa e da Previdência.

Outras emendas constitucionais,

como a da reeleição e a da prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal, foram apreciadas pelos senadores durante a gestão da atual Mesa Diretora, que ainda comandará a votação da emenda que prorroga a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

(CPMF) e aumenta a alíquota de 0,20% para 0,38%. O Código de Trânsito e a proposta de Código Civil, além do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), também estão entre as matérias de destaque aprovadas pelo Senado nos últimos dois anos.

Apesar de se tratar de um ano eleitoral, em 1998 o Senado apreciou número de matérias equivalente ao de 1997, quando as atividades registraram ritmo intenso. O número menor de sessões este ano (168, em comparação às 241 de 1997) foi compensado com a apreciação de um volume maior de matérias por sessão em 1998. No ano passado, o Senado deliberou sobre 489 matérias e, este ano, esse número chegou a 431. Ou seja, os senadores dedicaram-se, nesse biênio, a analisar 920 proposições que afetaram a vida dos brasileiros de diversas maneiras.

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL

(6 DE JANEIRO DE 1997 a 15 DE DEZEMBRO DE 1998)

TOTAL DE MATÉRIAS APROVADAS	736
Emendas constitucionais enviadas à promulgação	4
Emendas constitucionais enviadas à Câmara	7
Projetos aprovados e enviados à sanção	102
Projetos aprovados e enviados à Câmara	148
Projetos aprovados e enviados à promulgação	389
Escolha de autoridades e embaixadores	85
Indicação aprovada	1
Propostas enviadas ao Arquivo	184
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	920

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Antonio Carlos é contra aumento para parlamentares

O teto para os parlamentares será diferente do novo teto do funcionalismo público definido na reunião dos presidentes dos três Poderes, anunciou o presidente do Congresso e do Senado, senador Antonio Carlos Magalhães. O senador não quis antecipar se a decisão, a ser tomada em fevereiro próximo, será pela manutenção do atual nível de remuneração (R\$ 8 mil) ou se esse teto subiria para os R\$ 10.800 propostos pelo Executivo. "Minha opinião pessoal é pela manutenção da atual remuneração", acrescentou. Ele destacou, no entanto, fazer parte de um "corpo legislativo, que tomará sua decisão no momento oportuno".

Antonio Carlos esclareceu que, nos debates entre os presidentes dos três Poderes para definição desse valor, "o presidente da República sempre se bateu pelo teto de R\$ 10.800, enquanto o represen-

tante do Judiciário reivindicou o valor de R\$ 12.720".

A proposta do presidente do Supremo, explicou o senador, resulta do fato de que hoje já há três ministros do STF que ganham esse montante, em função da gratificação de R\$ 1.700 que se acrescenta a seus rendimentos normais, por força do desempenho concomitante da função de ministros do Tribunal Superior Eleitoral. Esse papel de ministro da Justiça Eleitoral é rotativo. E não haveria como impor, na prática, "uma redução de salário", acrescentou Antonio Carlos.

O senador defendeu a elaboração de uma emenda constitucional para coibir as atuais facilidades legais, que acabam oferecendo aos magistrados estaduais, em todo o país, oportunidade para levarem suas remunerações para muito perto do teto federal. "E isso é uma coisa grave para as finanças estaduais", alertou.

Senado examina 431 matérias em ano eleitoral

Os números de propostas apreciadas e de sessões realizadas confirmam a previsão feita ao final de 1997 pelo presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, de que os senadores não deixariam de cumprir “as expectativas da nação”

A previsão de que em 1998 os trabalhos dos senadores não deixariam de preencher “as expectativas da Nação”, feita no final de 1997 pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, foi confirmada pelos números. Mesmo em um ano eleitoral, as atividades dos senadores alcançaram números expressivos: em 168 sessões realizadas, o Senado examinou 431 matérias que afetam diretamente o dia-a-dia da população.

Uma das matérias mais importantes apreciadas neste ano foi a emenda constitucional da reforma administrativa, que integra os esforços dos parlamentares para dotar o país de legislação mais afinada à definição contemporânea de um Estado eficiente e moderno. Promulgada em junho, ela alterou as normas que regem o serviço público e seus funcionários, permitindo a demissão dos servidores públicos quando os gastos com a folha de salários superarem o limite de 60% da receita líquida da União, estados e municípios. No Senado, que debateu o assunto como Casa revisora, a reforma administrativa tramitou em apenas 101 dias. Outra emenda promulgada foi a que alterou o regime jurídico dos militares.

O trabalho do Senado foi além das emendas à Constituição em 1998. O maior acordo da história do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que totaliza R\$ 41,5 bilhões, foi analisado pelos senadores. Para autorizar as operações de crédito do acordo, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ouviu o ministro da Fazenda, Pedro Ma-

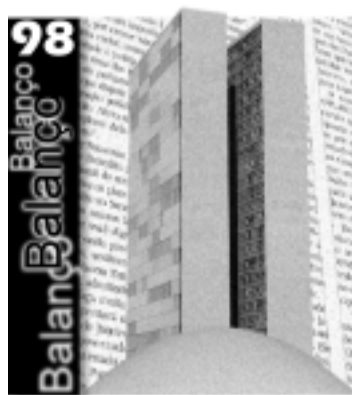
lan, que disse ser o empréstimo a melhor alternativa para o país contornar a crise econômica.

PLANOS DE SAÚDE

Entre os projetos de grande repercussão aprovados pela Casa, estão a regulamentação dos planos de saúde, a tipificação da falsificação de remédios como crime hediondo, o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego, para jovens de 14 a 18 anos, a Lei Pelé, que regula as relações de trabalho dos jogadores de futebol, o estabelecimento de normas para o funcionamento das rádios comunitárias e a revogação da Lei de Imprensa.

O Senado também votou novas leis com impacto na área jurídica. O Código Penal, por exemplo, foi alterado de modo a definir quatro tipos de penalidades alternativas à prisão e impor regras mais duras para quem promover o trabalho escravo. Foram aprovadas ainda normas para estimular a cooperação de vítimas e testemunhas de crimes e para dar maior celeridade à tramitação de processos na Justiça, com a adoção de multas para quem atrasar deliberadamente as decisões do Judiciário.

Medidas moralizadoras também fizeram parte dos debates do Senado este ano. A proposta de emenda constitucional que restringiu a imunidade parlamentar foi aprovada pelos senadores, que contribuíram para a criação de nova lei destinada a punir a lavagem de dinheiro, de regras ampliando as possibilidades de quebra do sigilo bancário e de normas mais rígidas para apro-



vação de empréstimos da União, estados e municípios.

Nessa perspectiva, receberam o aval do plenário da Casa a limitação constitucional dos gastos das câmaras de vereadores e a obrigatoriedade de o Tribunal de Contas da União (TCU) divulgar as contas públicas pela Internet.

Outras três emendas à Constituição foram aprovadas em 1998. Com elas, os senadores querem incluir a moradia como direito fundamental do cidadão; obrigar a União a destinar 30% dos recursos do Orçamento da seguridade social ao Sistema Único de Saúde (SUS), além de determinar que estados e municípios empreguem 12% e 10%, respectivamente, de suas receitas no SUS; e instituir prazo de cinco anos para a prescrição das ações trabalhistas no campo.

Essas propostas, que tiveram o apoio de pelo menos três quintos dos senadores, seguiram para análise da Câmara dos Deputados.

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL

(6 DE JANEIRO A 15 DE DEZEMBRO DE 1998)

TOTAL MATÉRIAS APROVADAS	351
Propostas de Emenda à Constituição enviadas à promulgação	2
Propostas de Emenda à Constituição enviadas à Câmara	4
Projetos aprovados e enviados à sanção	60
Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados	38
· Apreciados pelo Plenário	21
· Apreciados nas comissões, em decisão terminativa	17
Projetos aprovados e enviados à promulgação	203
· Acordos Internacionais	28
· Concessões de telecomunicações	61
· Operações de crédito	111
· Assuntos administrativos	2
· Escolha de membro do Tribunal de Contas da União	1
Mensagens relativas a escolha de Chefes de Missões Diplomáticas	25
Mensagens relativas a escolha de Autoridades	19
TOTAL MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	80
Propostas de Emenda à Constituição rejeitadas	3
· Apreciadas pelo Plenário	2
· Art. 254 do Regimento Interno	1
Propostas de Emenda à Constituição declaradas prejudicadas	9
Matérias rejeitadas	10
· Art. 91 do Regimento Interno	4
· Art. 101, § 1º, do Regimento Interno	1
· Art. 254 do Regimento Interno	5
Matérias declaradas prejudicadas	49
Matérias retiradas pelo autor	9
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	431

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Cinco emendas constitucionais foram aprovadas em 1997

Cinco emendas constitucionais incluem-se entre as 379 matérias aprovadas pelo Senado no ano passado. Em 241 sessões, realizadas do dia 6 de janeiro até o dia 15 de dezembro, um total de 489 proposições foram apreciadas. A realização de sessões em final de semana e a votação do Orçamento da União dentro do prazo, pela primeira vez nos últimos anos, são também dados significativos apurados no balanço das atividades do Senado em 1997.

A aprovação do projeto de novo Código Civil, que tramitava no Congresso Nacional por 22 anos, foi outra conquista registrada pelo Senado no ano passado, assim como a conclusão da CPI dos Precatórios, a decisão de extinguir o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) e a de derrubar privilégios nas aposentadorias de parlamentares e magistrados.

A emenda permitindo a reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos foi a primeira das

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL

(6 DE JANEIRO A 15 DE DEZEMBRO DE 1997)

Projetos aprovados e enviados à sanção	
· de iniciativa parlamentar	23
· de iniciativa do Executivo	19
Projetos aprovados e promulgados	186
Projetos aprovados e enviados à Câmara	110
Propostas de emenda à Constituição:	
· aprovadas e promulgadas	2
· aprovadas e enviadas à Câmara	3
Indicação aprovada	1
Escolha de autoridades e embaixadores	41
Total de matérias aprovadas	385
Matérias arquivadas:	
· rejeitadas e prejudicadas	85
· retiradas	19
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	489

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

cinco alterações à Constituição aprovadas em 1997, seguindo-se as da reforma da Previdência, da prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF),

a que estabelece o efeito vinculante das decisões do Supremo e a que limita a edição de medidas provisórias e proíbe a sua reedição.

A nova lei eleitoral está entre as matérias importantes aprovadas naquele ano, assim como a criação do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, do programa de incentivo à complementação de renda mínima para famílias carentes, do Fundo de Combate ao Tráfico de Tóxicos, e do Sistema Nacional de Armas.

Ainda em 1997, o Senado aprovou a Lei de Proteção de Cultivares, o Estatuto dos Garimpeiros, novas normas para o direito de resposta a noticiário de imprensa, a regulamentação do direito de *habeas data* (acesso a dados pessoais arquivados por órgãos do governo) e a aceleração dos procedimentos judiciais da reforma agrária.

O plenário também votou leis visando coibir a discriminação racial; a improbidade administrativa e intermediação de verbas públicas; o nepotismo nas nomeações para cargos de confiança; a violência contra menores de 14 anos e contra pessoas com problemas mentais, e a prá-

tica de trabalho escravo.

Outras matérias votadas em 1997 visam facilitar a vida do cidadão, como as que determinam a gratuidade da primeira via das certidões de nascimento e óbito, para todos, e da segunda para quem comprovar carência de recursos; o abono do dia de trabalho em que o empregado prestar exame vestibular; a autorização para aposentados que voltaram a trabalhar sacarem o FGTS ao deixarem o novo emprego; a agilização da transferência de imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), e a transformação de toda pessoa em doador presumido de órgãos.

Dos projetos aprovados e enviados em 1997 à sanção – 42 no total – a maioria – 23 – foi de iniciativa parlamentar. Outros 186 foram promulgados, e 110 enviados à Câmara. Aprovaram-se as indicações de 41 chefes de missões diplomáticas e autoridades.

CCJ apreciou 141 matérias em 33 reuniões

Entre as principais propostas aprovadas neste ano estão a de criação do serviço civil obrigatório e a de limitação da imunidade parlamentar a seus votos e palavras

Nas 33 reuniões realizadas em 1998, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, sob a presidência do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), apreciou 141 matérias. A comissão realizou ainda oito audiências públicas. Entre os principais temas aprovados pela CCJ este ano, estão a emenda constitucional que instituiu o serviço civil obrigatório para os que forem dispensados do serviço militar ou alegarem crença religiosa, convicção filosófica ou política para não serem convocados e a revogação da Lei de Imprensa, considerada herança do período autoritário.

Também teve grande destaque a aprovação do projeto de lei que atualiza as normas sobre sigilo bancário no Brasil, obrigando as instituições financeiras a informar ao Banco Central os nomes dos titulares das contas bancárias ou de poupança com valores elevados. Outra decisão importante foi a aprovação da

emenda constitucional que mantém a imunidade plena apenas em relação às opiniões, palavras e votos dos deputados e senadores, relacionados à sua atuação parlamentar.

A CCJ participou, em sessão conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), da aprovação da Lei Pelé, que institui normas sobre esportes.

Ainda em 98, a comissão aprovou e aprovou o projeto de lei da Câmara que legaliza a prática de jogos de azar, liberando cassinos e o jogo do bicho, e o projeto que visa evitar o excesso de recursos que tenham por objetivo único retardar o andamento de processos judiciais. Foi aprovado igualmente parecer favorável ao projeto de lei que trata dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores e dispõe sobre a prevenção da utilização do sistema financeiro para esses delitos.

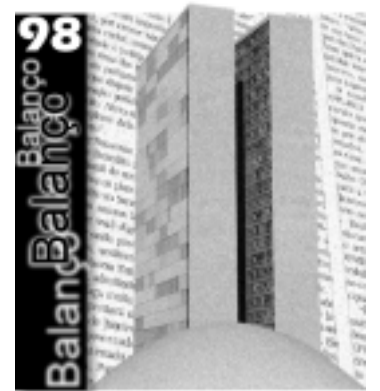
Entre outros assuntos, a CCJ aprovou



também a criação e extinção de cargos no Inmetro e INPI, a criação da Região Metropolitana do Distrito Federal e do Entorno e o restabelecimento da obrigatoriedade do exame psicotécnico para os candidatos à obtenção de carteira de motorista. Outra matéria aprovada dispõe sobre a revisão anual, pela Receita Federal, das declarações de imposto de renda e de sinais exteriores de riqueza de auto-

ridades detentoras de mandatos eletivos.

Entre os projetos apreciados pela CCJ, estão ainda os que tratam de mudanças no prazo para a prescrição de ações trabalhistas no meio rural e de diretrizes nacionais de defesa civil contra os efeitos do fenômeno *El Niño*. Algumas dessas proposições serão ainda apreciadas por outras comissões permanentes e pelo plenário, enquan-



Comissão aprovou legalização de jogos de azar e novas normas sobre sigilo bancário

to outras foram aprovadas em caráter terminativo – o que representa uma decisão definitiva sobre a matéria.

BALANÇO

Reuniões realizadas	33
Audiências públicas	8
Matérias recebidas e distribuídas	316
Matérias apreciadas	141



Comissão apreciou proposta sobre rádios comunitárias

CE aprovou Lei Pelé e novas regras para proteção de *software*

Entre as 87 matérias apreciadas nas 13 reuniões realizadas em 1998 pela Comissão de Educação, presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), três mereceram maior destaque e chegaram a ocupar por vários dias espaço no noticiário dos principais jornais do país. O Projeto de Lei da Câmara nº 78/97, conhecido como Lei Pelé, foi um deles. Os outros foram o projeto que instituiu o serviço de radiodifusão comunitária e o que tratou da proteção e comercialização da propriedade intelectual de programas de computador (*software*).

Apreciada em reunião conjunta pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Assuntos Sociais (CAS) e Educação (CE), a Lei Pelé foi aprovada pelo plenário do Senado no dia 11 de fevereiro. Entre as alterações introduzidas, estão o fim da lei do passe, em três anos; a obrigatoriedade, em dois anos, de entidades desportivas se transformarem em sociedades comerciais ou civis sem fins lucrativos; e a possibilidade de os clubes se organizarem em ligas para promover competições e também de realizarem bingos.

Por unanimidade e sem emendas, a Comissão de Educação aprovou o parecer do senador Sérgio Machado

(PSDB-CE) favorável ao projeto da Câmara dos Deputados que regulamentou as rádios comunitárias. De acordo com o texto, aprovado em plenário logo em seguida, passou a ser permitida a fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos a radiodifusão sonora em frequência modulada, operada em baixa potência e com cobertura restrita ao atendimento de determinada comunidade de um bairro ou vila.

Também teve parecer favorável da Comissão de Educação o projeto da Câmara sobre a propriedade intelectual e a comercialização de programas de computador. O relator da matéria, senador Roberto Requião (PMDB-PR), teve 17 emendas aprovadas, das 37 que apresentou. A matéria voltou à Câmara para nova apreciação.

De acordo com o texto aprovado, o regime de proteção à propriedade intelectual de programa de computador passou a ser o mesmo conferido às obras literárias pela legislação de direitos autorais, com algumas alterações previstas na própria lei. Uma das particularidades específicas é que fica assegurada a tutela dos direitos relativos a programas de computador pelo prazo de 50 anos, independentemente de registro.

Acordo com o FMI está entre as 127 propostas acolhidas pela CAE

O acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras instituições financeiras, possibilitando um empréstimo de US\$ 41,5 bilhões ao país, foi uma das 127 matérias acolhidas este ano pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) – aprovada também pelo plenário do Senado. A comissão fez 31 reuniões e apreciou, de março a dezembro, um total de 150 matérias.

A crise financeira internacional e o ajuste fiscal promovido pelo governo levaram a comissão a convocar várias autoridades para prestar depoimentos, dentre elas o ministro da Fazenda, Pedro Malan, que esteve duas vezes com os senadores. O presidente do Banco Central, Gustavo Franco, também compareceu duas vezes ao Senado para explicar medidas nas áreas monetária e fiscal.

A maioria dos projetos aprovados pela comissão, e que já passaram pelo plenário, trata de solicitações de estados e municípios para rolagem de dívida, empréstimos e saneamento do sistema financeiro, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, promovido pelo governo. A CAE também aprovou as programações mo-

netárias do governo, feitas a cada trimestre, além de emendas ao Orçamento da União para 1999.

Dentre os empréstimos externos aprovados destacam-se os contratos com o Export-Import Bank of Japan (Eximbank) e o Banco Europeu de Investimento (BEI), no valor de US\$ 331 milhões, para a construção do gasoduto Brasil-Bolívia. Na área de saúde, foram aprovadas solicitações de empréstimos de US\$ 265 milhões, junto ao Banco Mundial, destinados ao financiamento do programa de combate à Aids e ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Também foi aprovado empréstimo de 450 milhões de marcos alemães para o projeto de Angra II.

No primeiro semestre, o projeto mais importante aprovado na comissão e no Senado foi o que instituiu a Resolução nº 78, impondo regras rígidas para a tomada de empréstimos, rolagem de dívidas e operações de antecipação de receita orçamentária (AROs) dos estados, municípios e Distrito Federal. Em dezembro, os senadores aprovaram alterações nessa resolução, flexibilizando as normas para contratação de operações de

crédito, com objetivo de compensar as perdas de receita dos estados devido às despesas com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Medidas moralizadoras foram votadas pela comissão e pelo plenário, entre elas as leis punindo o crime de lavagem de dinheiro e ampliando as possibilidades de quebra do sigilo bancário, para facilitar investigações sobre corrupção e crime organizado.

Quadro consolidado de pareceres apreciados pela CAE em 1998

Aprovados.....	26
Rejeitados.....	11
Prejudicados.....	10
Audiência à CCJ.....	2
Aprovados nos termos de projetos de resolução.....	91
Aprovados nos termos de projeto de decreto legislativo do Senado.....	3
Por orientação a seguir.....	2
Indicação de autoridades.....	5
TOTAL.....	150

Comissão de Fiscalização apura denúncia contra Inpe

A Comissão de Fiscalização e Controle, presidida pelo senador João Rocha (PFL-TO), aprovou três requerimentos este ano, entre eles um do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitando ao Tribunal de Contas da União (TCU) uma tomada de contas especial do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Suplicy apre-

sentou seu requerimento com base em denúncias de que poderia ter havido fraude na licitação para execução do projeto de um conjunto de plataformas multimissão de satélites.

Também foi aprovado requerimento do senador Ernandes Amorim (PPB-RO) pela constituição de uma subcomissão com o objetivo de fis-

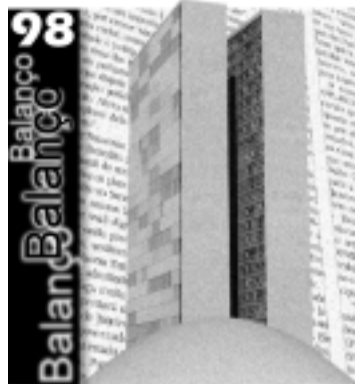
calizar os recursos federais repassados ao governo de Rondônia. O outro requerimento aprovado pela Comissão de Fiscalização também diz respeito ao estado de Rondônia. O senador Ernandes Amorim solicitou a transferência para o Senado Federal dos dados bancários de contas relacionadas ao governo daquele estado.

CAS votou 15 emendas e 51 projetos de lei

Das 66 matérias apreciadas neste ano, 11 foram aprovadas em caráter terminativo. Comissão também promoveu no período sete audiências públicas, reunindo autoridades, técnicos e representantes da sociedade civil

Sob a presidência do senador Ademir Andrade (PSB-PA), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) apreciou neste ano 66 matérias, entre pareceres a emendas (15) e projetos de lei (51). Entre estes, 11 foram aprovados em caráter terminativo. Com sete audiências públicas realizadas, os membros da comissão obtiveram, com autoridades públicas e representantes da sociedade civil, os subsídios necessários à apreciação de matérias mais polêmicas, como a Lei Pelé, a regulamentação dos planos e seguros de saúde e a normatização da prática de medicina ortomolecular, entre outras.

No exercício de suas tarefas constitucionais de fiscalização das ações do Executivo, a comissão recolheu, em duas das audiências públicas realizadas, informações sobre os índices de desmatamento da Amazônia, referentes ao período 1995/1997, e sobre o impacto das restrições orçamentárias na manutenção das atividades do museu paraense Emílio Goeldi, ameaçado de paralisação por falta de recursos.



O projeto que mais exigiu consultas da comissão foi o da regulamentação dos planos e seguros de saúde. O relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), convidou para debater o tema com os senadores, entre outros, o ministro da Saúde, José Serra, e representantes da Federação Nacional de Seguros, do Procon, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), da Unimed, da Associação Brasileira de Medicina de



A nova regulamentação dos planos e seguros de saúde foi um dos principais assuntos apreciados pela CAS

Grupo (Abrange) e do Conselho Federal de Medicina.

Entre os 11 projetos aprovados em caráter terminativo destacam-se pelo menos dois. Um deles, de autoria do senador Flaviano Melo (PMDB-AC),

obrigou os estabelecimentos que comercializam baterias de telefones celulares a recebê-las de volta após o uso, além de estabelecer que as empresas criem mecanismos de descarte, reciclagem ou reprocessamento do material re-

colhido. O outro, apresentado pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS), garantiu o saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus da Aids.

CRE apreciou 32 acordos e 28 indicações diplomáticas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida interinamente pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), apreciou em 1998 um total de 60 matérias, sendo 32 pareceres sobre acordos internacionais e 28 sobre indicação de autoridades, todos aprovados. Entre os acordos internacionais, estão o texto da convenção relativa à proteção da criança e à cooperação em matéria de adoção internacional e o que trata do ingresso do Brasil no Comitê do Aço da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Também foram aprovados acordos internacionais relativos à cooperação cultural entre o Brasil e o Uruguai; o texto do acordo de cooperação econômica e industrial entre o Brasil e a Itália; o tratado de extradição entre o Brasil e a Coreia; e o acordo de cooperação entre o Brasil e a Hungria, na área de turismo.

A CRE aprovou, ainda, a indicação de diplomatas para os cargos de embaixador do Brasil em países como Argentina, Noruega, Angola, Grécia, Suíça, Colômbia, Portugal e Ucrânia, entre outros.

Revogação da Lei de Imprensa foi aprovada em 22 de junho

O projeto do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) que revoga a Lei de Imprensa foi considerado aprovado de forma terminativa pela presidência do Senado no dia 22 de junho.

A matéria havia sido aprovada por unanimidade no início do mês na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebeu parecer favorável do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O projeto está tramitando agora na Câmara dos Deputados.

Jefferson Péres argumenta que os códigos Penal e Civil já prevêm a defesa de qualquer pessoa que for injuriada, difamada ou caluniada por meios de comunicação ou por jornalistas. O Código Penal estabelece as penas e o Código Civil prevê as indenizações por

danos morais e patrimoniais decorrentes de notícia ofensiva ou mentirosa. O senador entende que, para completar os códigos Penal e Civil, basta uma lei detalhando o direito de resposta de pessoas ofendidas em matéria jornalística.

— A atual Lei de Imprensa é incompatível com o estado de direito. Tanto assim que ela não existe na grande maioria dos países democráticos — afirma Jefferson Péres.

O senador disse discordar do projeto da nova Lei de Imprensa que tramita na Câmara. Na sua opinião, ele prevê indenizações tão altas que podem intimidar a imprensa, cerceando a liberdade de informação por meio da disseminação da prática da autocensura.

Infra-Estrutura acolheu proposta de instituição do transporte multimodal

Originário da Câmara, o projeto de lei sobre a utilização de duas ou mais modalidades de transporte através de um único contrato teve parecer favorável aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida interinamente pelo senador Elói Portela (PPB-PI). Com o projeto, o Executivo pretendia desafogar o transporte de mercadorias e reduzir o seu custo, um dos pontos mais críticos da modernização econômica brasileira. A maté-

ria já obteve aprovação do plenário do Senado e deverá ser reexaminada pela Casa de origem.

A comissão também sediou o lançamento, em audiência pública, de vídeo produzido pela Embrapa sobre a mosca-branca, considerada pela imprensa, na década passada, como a “praga do século”. Na discussão então realizada entre senadores e técnicos, foram abordadas as formas de combate à praga, como o monitora-

mento do inseto, o controle biológico e a definição de metas políticas e científicas de trabalho.

Em novembro, com a ida de Ricardo Pinto Pinheiro, diretor da Agência Nacional de Petróleo, para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a comissão aprovou a indicação de Luiz Augusto Horta Nogueira para o cargo, que o exercerá durante o tempo remanescente do mandato do diretor anterior.

Dez comissões especiais funcionaram no Senado durante o ano de 1998

Dez comissões especiais, destinadas a analisar e propor soluções para problemas específicos, funcionaram no Senado durante o ano de 1998. Quatro delas concluíram seus trabalhos, e mais uma foi instalada em 15 de dezembro com o objetivo de investigar o comportamento dos institutos de pesquisa durante o último pleito eleitoral. Já conhecida como a CPI das Pesquisas, a comissão foi criada atendendo a requerimento do senador Ademir Andrade (PSB-PA) e tem Roberto Requião (PMDB-PR) como relator.

A definição de uma política de desenvolvimento para a Amazônia foi o desafio enfrentado pela comissão especial presidida pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC). O relatório final da comissão, elaborado

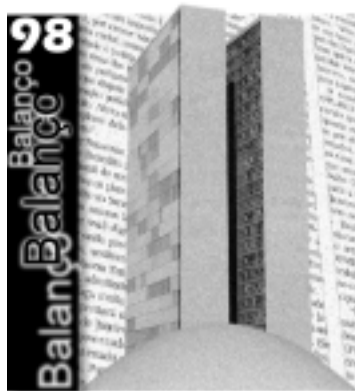
pelo senador Ademir Andrade e aprovado em dezembro, é um documento de 227 páginas, que denuncia a situação de discriminação vivida pela região Norte na distribuição das verbas orçamentárias.

A comissão especial destinada a estudar a abertura de novas frentes de produção no Brasil Central e adjacências também encerrou seus trabalhos neste mês. O relator, senador Mauro Miranda (PMDB-GO), disse que uma das maiores conquistas da comissão foi ter obtido a garantia do governo federal de alocar os recursos necessários para a conclusão dos projetos de duplicação da BR-153, no valor de R\$ 4,8 milhões.

Outra importante comissão especial que concluiu seus trabalhos foi a que analisou a necessidade de uma refor-

ma política. Presidida, em sua última fase, pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), ela teve como relator Sérgio Machado (PSDB-CE). No relatório final, entregue em 3 de dezembro, a comissão recomenda a criação do voto distrital misto, a instituição da fidelidade partidária, de cláusulas de desempenho partidário e o financiamento público das campanhas eleitorais.

A comissão que analisou os efeitos do incêndio que atingiu neste ano o estado de Roraima, presidida pelo senador Romero Jucá (PFL-RR), também apresentou seu relatório final, preparado pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR). O parecer concluiu que os efeitos do incêndio foram menos devastadores do que se divulgara inicialmente.



Antonio Carlos

Serviço civil passará a ser obrigatório

O plenário do Senado aprovou por unanimidade, em maio passado, proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que cria o Serviço Civil Obrigatório para jovens isentos ou dispensados do serviço militar. Também serão obrigadas a prestar o serviço civil as pessoas que se recusarem a fazer o serviço militar sob alegação de crença religiosa ou convicção política ou filosófica. A proposta tramitou em conjunto com outra, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), com a mesma finalidade. O serviço ainda será regulamentado por lei.

Conforme a proposta, enviada à Câmara dos Deputados, as mulheres e os religiosos poderão ser convocados para prestar o serviço civil em escolas, entidades sociais, enfermarias de hospitais, prefeituras, serviços comunitários ou na burocracia militar. Em sua justificativa, o senador Antonio Carlos Magalhães explica que propõe o serviço civil no capítulo da Constituição que trata das Forças Armadas porque o recrutamento terá de aproveitar os atuais mecanismos de convocação e alistamento do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Através de lei, será definido quanto tempo os convocados terão que cumprir no serviço civil e como uma entidade social, uma prefeitura ou uma escola poderá solicitar o trabalho dos jovens recrutados. O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Romeu Tuma (PFL-SP), disse que o serviço civil tem o apoio do Estado-Maior das Forças Armadas. "O Estado precisa do trabalho dos jovens que completam 18 anos. O serviço civil obrigatório será importante para desenvolver nesses jovens a noção de cidadania, um curso de realidade de Brasil", afirmou o senador.

Votação unânime permitiu a aprovação de emenda constitucional destinada a reduzir as despesas dos Legislativos municipais. Jovens isentos ou dispensados do serviço militar deverão trabalhar em escolas, hospitais ou entidades sociais

Limitados gastos de câmaras de vereadores

O total da despesa com o funcionamento dos legislativos municipais, incluídos os salários dos vereadores, não poderá ultrapassar percentuais da arrecadação do município determinados em função do número de habitantes, conforme proposta de emenda constitucional (PEC) aprovada em novembro pela unanimidade dos senadores. A proposta foi enviada ao exame da Câmara.

A PEC, de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC), estabelece os seguintes percentuais sobre a soma da receita tributária e das transferências constitucionais efetivamente auferidas pelo município em cada exercício financeiro: para municípios com



Esperidião Amin

população inferior a dez mil habitantes, 8%; de dez mil a 50 mil habitantes, 7%; de 50 mil a 100 mil, 6%; de 100 mil a 500 mil habitantes, 5%; de 500 mil a um milhão de habitantes, 4%; e de 3% para municípios cuja população

ultrapassar um milhão.

O objetivo da proposta de Amin, governador eleito de Santa Catarina, é coibir práticas abusivas no âmbito da remuneração dos vereadores, lesivas aos cofres públicos municipais. Segundo o senador, apesar de emenda constitucional aprovada em 1992 ter limitado as despesas com os vereadores a 5% da receita do município, além de fixar as remunerações em 75% das recebidas pelos deputados estaduais, esses limites foram contornados por muitas câmaras. "Os montantes indicados nessas normas não são entendidos como tetos e sim como pisos", explicou o senador na justificativa de sua proposta.



Osmar Dias

Alimentos terão fiscalização mais rigorosa

Os senadores aprovaram em outubro projeto que repõe na Lei Agrícola artigos que tratam da Defesa Sanitária Agropecuária, vetados em 1991 pelo presidente da República. O relator da proposta na CAE, senador Osmar Dias (PSDB-PR), afirmou que o projeto prevê uma fiscalização rigorosa na qualidade dos alimentos consumidos no país, com exigências idênticas às fixadas pelos países mais desenvolvidos.

Conforme Osmar Dias, a partir de agora os municípios terão unidades sanitárias, que irão cadastrar todas as propriedades da área e submetê-las a inspeções sanitárias rigorosas. As alfândegas também farão inspeções de produtos importados, impedindo a entrada de alimentos "que são descartados nos países desenvolvidos", disse o senador.



Epitácio Cafeteira

Apelido notório poderá ser adotado em juízo

Qualquer pessoa que queira substituir seu nome por um apelido público notório deverá requerer essa mudança em juízo. Os senadores aprovaram em outubro, e foi encaminhada à sanção, lei com essa finalidade. A lei então em vigor só previa substituição de nome de criança ou adolescente adotado, mas os juízes vinham concedendo pedidos de pessoas que queriam incorporar o apelido ao nome, mas sem substituição. Estas solicitações têm sido mais frequentes no meio artístico e político.

O projeto, apresentado na Câmara pelo deputado Arnaldo Faria de Sá, recebeu parecer favorável, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA), que relatou a matéria. Para o senador, a mudança na lei vem apenas confirmar o que a sociedade já decidiu, como mostram as sentenças dos juízes. "Além disso, o projeto pode colocar fim aos constrangimentos a que muitas pessoas, conhecidas nacionalmente apenas por apelidos, são submetidas."



Josaphat Marinho

Aliciamento de trabalhadores será punido

Ainda em dezembro foi aprovado projeto de lei que agrava a punição a crimes relacionados com o trabalho. De acordo com a proposta, relatada pelo senador Josaphat Marinho (PFL-BA), quem frustrar direito assegurado pela legislação trabalhista, usando fraude ou violência, estará sujeito a pena de até um ano de detenção.

Também ficam aumentadas as penas para o aliciamento de trabalhadores de um local para o outro do território nacional. De acordo com o relator, é imprescindível a adoção de medidas visando coibir condutas trabalhistas abusivas.

— Dada a existência, em alguns estados, de práticas trabalhistas coercitivas e tendo em vista que a mera fiscalização do trabalho pelos órgãos competentes não tem sido suficiente para desestimular a propagação dessas condutas contra os trabalhadores, restou ser imprescindível a adoção de medidas hábeis à sua repressão — analisa Josaphat Marinho.



José Fogaça

Permitida a destruição de documentos

Os processos encerrados nos tribunais, desde que não exista mais qualquer pendência sobre eles, poderão ser destruídos, conforme projeto aprovado no início de dezembro pelo Senado na forma de substitutivo elaborado pelo senador José Fogaça (PMDB-RS). Originário da Câmara dos Deputados, o projeto foi remetido àquela Casa para apreciação final.

Os documentos que, por sua importância, tiverem de ser guardados de forma permanente serão preservados no arquivo dos tribunais ou num arquivo público. Qualquer pessoa poderá ter acesso ao conteúdo dos documentos.

Pelo projeto, caberá aos próprios tribunais a definição de quanto tempo um auto findo deve esperar antes de ser destruído. Além disso, ao decidir pela destruição dos documentos, os tribunais deverão informar publicamente quais os autos listados para tal, para que as partes envolvidas tenham condições de requerer a retirada de determinado processo da lista de destruição ou fazer cópias dos mesmos.

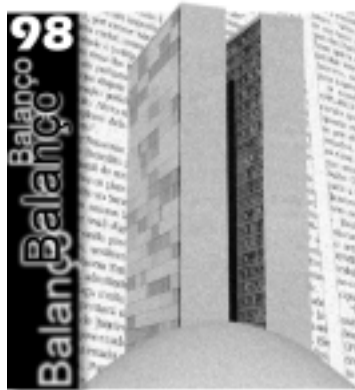


José Agripino Maia

Ratificação permite eleição de brasileiro na UIT

Ao ratificar os textos de duas conferências da União Internacional de Telecomunicações (UIT), o Senado garantiu a participação do Brasil, com direito a voto, na conferência que a agência especializada da ONU realizou em outubro.

A ratificação também permitiu a eleição de representante brasileiro ao posto de vice-presidente-geral da UIT. O parecer favorável à ratificação foi do senador José Agripino Maia (PFL-RN).



Professor de universidade ganha estímulo

O Senado Federal aprovou, no dia 1º de julho, projeto que criou a Gratificação de Estímulo à Docência nas Universidades, que significou aumentos salariais de 21% a 48% para os professores universitários. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, colocou a matéria em votação em regime de urgência, depois de receber carta do presidente do Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior, Renato de Oliveira, na qual ele se comprometeu a defender nas assembleias de professores o fim da greve, que já durava 95 dias.

A proposta recebeu parecer favorável do senador Bernardo Cabral (PFL-AM). Ele ressaltou que o projeto dá prioridade ao ensino de graduação, "estimulando os professores mais qualificados a lhe dedicar mais tempo". Já os senadores do Bloco Oposição apontaram falhas no projeto.

Carro oficial será obrigado a usar álcool

O Senado aprovou, em 26 de maio, projeto que determina a substituição de todos os carros oficiais do país por veículos movidos a combustíveis renováveis, como o álcool.

Motoristas de táxi também terão de ficar com carro a álcool se quiserem isenção de impostos quando forem comprar novo veículo:

– Este projeto ajudará na reativação do Pro-álcool, um grande gerador de empregos neste país – afirmou o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), relator da matéria pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto aprovado excluiu os portadores de deficiência física da obrigatoriedade de comprar carro a álcool se quiserem redução de impostos.

Um artigo da proposta determina a ampliação, em 50%, nos prazos dos consórcios de veículos movidos a combustíveis renováveis.



Ramez Tebet

O acordo do governo brasileiro com o Banco de Compensações Internacionais (BIS) e o Banco do Japão, assim como a documentação referente ao acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que envolve créditos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi autorizado pelo plenário do Senado no último dia 12. Pelo acordo, US\$ 41,5 bilhões serão colocados à disposição do Brasil por essas instituições.

Conforme o projeto aprovado, a União também foi autorizada a elevar seu limite de concessão de garantias em operações financeiras no montante de US\$ 14,5 bilhões e a prestar garantia do Banco Central nas operações exter-

nas junto ao BIS e ao Banco do Japão.

O relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), estabeleceu no projeto de resolução que o Executivo encaminhará ao Senado, trimestralmente, demonstrativo do cumprimento das metas indicativas e critérios de desempenho relativos ao programa de apoio financeiro.

Segundo o senador, cerca de US\$ 10 bilhões dos recursos estarão disponíveis este ano e outros US\$ 20 bilhões virão ao longo do próximo ano.

No memorando assinado com o FMI, anexo ao protocolo do acordo de ajuda internacional, o governo brasileiro solicita empréstimo de US\$ 18 bilhões na forma de um arranjo *stand-by*, com

prazo de 36 meses.

Durante esse período, as autoridades brasileiras manterão contatos permanentes com o FMI e consultarão a instituição sobre adoção de medidas necessárias. Deverão ser feitas revisões do programa de ajuste em conjunto com o FMI antes do final de março de 1999 e no final de junho do mesmo ano.

Os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Benedita da Silva (PT-RJ), Ademir Andrade (PSB-PA), Emília Fernandes (PDT-RS), Sebastião Rocha (PDT-AP), Abdias Nascimento (PDT-RJ), Júnia Marise (PDT-MG) e Roberto Requião (PMDB-PR) registraram seus votos contrários ao acordo. O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) absteve-se.

Contrato temporário já está em vigor

A contratação de empregados por tempo determinado foi aprovada pelo Senado durante a convocação extraordinária feita em janeiro deste ano, sendo encaminhada a seguir à Câmara dos Deputados.

O projeto de lei, relatado favoravelmente pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), determina que o prazo máximo para a vigência desse tipo de contrato é de dois anos, desobrigando as empresas do pagamento de aviso prévio e da indenização de 40% sobre o FGTS. Sancionado pelo presidente da República, o projeto já se transformou em lei.

O limite de empregados que podem ser contratados em regime temporá-



Waldeck Ornelas

rio deve ser estabelecido em negociação coletiva, não podendo ultrapassar os seguintes percentuais, que serão aplicados cumulativamente: 50% do número de trabalhadores para a parcela inferior a 50 empregados; 35% do número de trabalhadores para a parcela entre 50 e 199 empregados; e 20% do número de trabalhadores para a parcela acima de 200 empregados.

Além disso, a alíquota do FGTS é reduzida para 2% para os admitidos sob essa forma de contrato, sem prejuízo de compensação, mediante depósitos mensais vinculados a favor do empregado e previstos em negociação coletiva. As contribuições para Sesi, Sesc, Senac e entidades assemelhadas são

reduzidas em 50% de seu valor vigente em 1º de janeiro de 1996, pelo prazo de 18 meses.

Para se beneficiar desses descontos, a empresa terá de comprovar que está em dia com o INSS e o FGTS. O contrato temporário de trabalho não dispensa assinatura da carteira de trabalho e mantém o direito ao descanso semanal remunerado e à licença-maternidade.

A lei passou a prever também a criação do "Banco de Horas", que permite a compensação do aumento ou da diminuição da jornada de trabalho, em um período de quatro meses, sem que haja a obrigatoriedade do pagamento de horas-extras.

As empresas que aumentarem seus quadros de pessoal terão preferência na obtenção de financiamentos junto aos estabelecimentos oficiais de crédito, especialmente o BNDES.



Antonio Carlos Valadares

Verba para saúde vai a segundo turno

Proposta de emenda constitucional, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que obriga a União, os estados e os municípios a destinarem verbas para o Sistema Único de Saúde (SUS) foi aprovada pelo Senado em 1º de dezembro. A matéria será ainda votada em segundo turno.

A proposta prevê que a União terá de reservar necessariamente 30% dos recursos do Orçamento da seguridade social para o SUS. Os estados aplicarão 12% e os municípios no mínimo 10%.

O relator da proposta, senador Esperidião Amin (PPB-SC), disse que no Brasil são gastos pouco mais de US\$ 100 por pessoa no setor de saúde. Valadares lembrou que a Constituição de 88 contém conceitos avançados na parte que trata de seguridade social, mas a falta de detalhamento sobre competências de cada nível de governo e as fontes de recursos provocou uma ruptura na estrutura do SUS.

Até agora, a única obrigatoriedade é a destinação de 25% da receita de impostos dos estados e dos municípios para a educação. Com a proposta aprovada, tanto o estado quanto a União estarão autorizados a decretar intervenção no município que não fizer as aplicações mínimas em educação e saúde.

Primeiro emprego mais perto dos jovens

No dia 20 de maio, o Senado aprovou projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) criando o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (Pepe), destinado a estimular oportunidades de trabalho para jovens entre 14 e 18 anos.

De acordo com a proposta, as empresas poderão deduzir do Imposto de Renda e da contribuição social os encargos pagos com empregados nessa faixa etária.

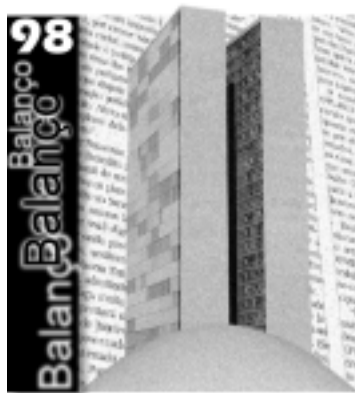
Os senadores aprovaram duas emendas apresentadas em plenário pelo senador José Eduardo Dutra, que tiveram parecer favorá-

vel da relatora, senadora Emília Fernandes (PDT-RS). Uma delas reduziu de 25% para 10% o limite máximo de vagas a serem preenchidas nas condições do Pepe. A preocupação de Dutra foi o elevado índice de desemprego verificado hoje no país. A outra emenda tornou obrigatória a matrícula do menor empregado em uma escola de 1º grau, caso não tenha completado a 8ª série. Uma subemenda aprovada possibilita a matrícula do empregado nessa situação também em cursos e exames supletivos do 1º grau.

O projeto está agora em tramitação na Câmara dos Deputados.



José Eduardo Dutra



Artur da Távola

Esporte dispõe de nova regulamentação

No dia 11 de fevereiro, o Senado aprovava uma nova regulamentação para o desporto nacional. Conhecida como Lei Pelé, a nova legislação promove avanços significativos na regulamentação das atividades esportivas, como a possibilidade de os clubes se transformarem em empresas e a ampliação dos direitos dos atletas profissionais, determinando a extinção do "passe" que prende o jogador ao seu clube.

Pela nova lei, ficam garantidos aos atletas profissionais todas as normas gerais da legislação trabalhista e de seguridade social, "ressalvadas as peculiaridades expressas nesta lei ou integrantes do respectivo contrato de trabalho". O projeto foi relatado favoravelmente no Senado pelos senadores Artur da Távola (PSDB-RJ), Leomar Quintanilha (PPB-TO) e Benedita da Silva (PT-RJ).

A aprovação da Lei Pelé foi precedida de um amplo entendimento político que permitiu a votação do texto oriundo da Câmara dos Deputados, apenas com emendas de redação. Pelo acordo, a liderança do governo se comprometeu a levar recomendações de vetos e aprimoramentos do texto da nova lei ao presidente da República, quando da regulamentação de seus dispositivos.

Um dos pontos questionados por diversos senadores foi o que destina ao Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto a função de promover, desenvolver a prática do desporto e exercer outras competências específicas que lhe são atribuídas pela lei. Os senadores temem uma excessiva concentração de poder em um órgão estatal. Outro ponto que, segundo alguns parlamentares, deve ser aprimorado é a predominância do futebol nos dispositivos de uma lei geral, que disciplina todas as modalidades esportivas no país.

A União, os estados e os municípios poderão demitir servidores estáveis quando as suas despesas com pessoal ultrapassarem 60% das receitas líquidas. A ocultação de bens ou valores provenientes do tráfico de drogas pode render de três a 10 anos de reclusão

Reforma moderniza administração

Apontada pelo governo como fundamental para o equilíbrio das contas públicas e a modernização do serviço público, a reforma administrativa foi discutida e aprovada no primeiro semestre deste ano. Em vigor desde o dia 5 de junho passado, a mudança foi considerada pelas lideranças partidárias como o assunto mais importante discutido e votado pelos senadores no primeiro semestre de 1998.

A reforma altera várias normas que regem o serviço público e seus funcionários, permitindo a demissão dos servidores públicos estáveis quando os gastos com a folha de salários da União, dos estados e dos municípios ultrapassarem os 60% da receita líquida. As vagas fechadas com a demissão não podem ser reabertas nos quatro anos seguintes.

Ao defender a reforma em plenário, o relator, senador Romero Jucá (PFL-RR), previu que as mudanças vão levar a uma



Romero Jucá

melhoria na qualidade do serviço público brasileiro. A emenda, que muda 28 artigos da Constituição, foi discutida e votada pelo Senado em apenas três meses e 11 dias, depois de votada pela Câmara.

A reforma permite que, além das demissões para redução dos gastos públicos, poderão ser dispensados servidores que

apresentarem desempenho insuficiente. Uma lei irá detalhar como se dará essa avaliação, devendo prever que o servidor terá todo direito de defesa. A mudança constitucional estabelece que só continuarão com estabilidade empregatícia os servidores de carreiras típicas de Estado (policiais, diplomatas, fiscais da Receita Federal e da Previdência Social etc.).

As demissões para equilíbrio financeiro (gastos com pessoal limitados a 60% da receita líquida) só poderão ser feitas depois que houver um corte de 20% nas funções comissionadas e demitidos os não-estáveis. Os demitidos receberão um salário para cada ano trabalhado.

Outra mudança considerada importante na reforma administrativa é a fixação do salário máximo a ser pago no serviço público (inclusive para aposentados), que será a remuneração de ministro do STF – R\$ 12.720,00. Neste teto entram gratifica-

ções e todo tipo de vantagem pessoal.

Um dos artigos da reforma aumenta de dois para três anos o período de estágio probatório para quem passa em concurso público, ao mesmo tempo em que desobriga a União, os estados e as prefeituras de contratarem concursados pelo Regime Jurídico Único. Foi mantida a exigência de concurso para quem quiser entrar no serviço público, exceto para os cargos em comissão.

Outro artigo prevê que os funcionários públicos colocados em disponibilidade receberão salários proporcionais ao tempo de serviço. Até então, quem ficava em disponibilidade recebia salário integral. Outra mudança: a criação de cargos em comissão fica limitada apenas para as atribuições de chefia, direção e assessoramento. A reforma colocou a "qualidade do serviço prestado" entre os princípios gerais da administração pública.



Ney Suassuna

Endividamento tem regras mais rígidas

Usando de sua competência privativa para legislar sobre dívidas, o Senado votou em junho a Resolução 78, que fixa normas mais severas para o endividamento de estados e municípios. A resolução acaba com as brechas de uma antiga legislação, as quais permitiram que estados e municípios aumentassem suas dívidas nos últimos anos, especialmente através de operações de antecipação de receita orçamentária (ARO).

A resolução foi apresentada pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC) e recebeu um substitutivo do senador Wilson Kleinübing (PFL-SC). Neste final de ano, a Resolução nº 78 foi alterada por projeto de resolução já promulgado pelo Senado. O projeto inicial, de autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), tinha por objetivo ressarcir os estados que foram prejudicados por utilizar recursos próprios com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). A aprovação ocorreu na forma de substitutivo do senador Osmar Dias (PSDB-PR).

Lei pune a lavagem de dinheiro

O projeto de lei de iniciativa do Executivo que criminalizou a lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores provenientes do tráfico de drogas, terrorismo e contrabando foi aprovado pelo Senado em 11 de fevereiro, durante a convocação extraordinária. Com o principal propósito de disciplinar e aplicar penas administrativas, a nova lei, já sancionada pelo presidente da República, criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), ligado ao Ministério da Fazenda.

O novo instrumento legal prevê pena de três a dez anos de reclusão, além de multa, para a ocultação de bens ou valores provenientes de crime de tráfico de drogas, terrorismo, contrabando de armas e extorsão mediante sequestro. A mesma pena aplica-se aos crimes contra a administração pública ou contra o sistema financeiro nacional.

O texto, já em vigor, fixa normas rígidas quanto à identificação de clientes e manutenção de registros de suas transações para as pessoas jurídicas que tenham como atividade principal ou acessória a captação, intermediação e aplicação de instrumento cambial; a compra e venda de moeda estrangeira ou ouro como ativo financeiro; ou a emissão e negociação de títulos ou valores mobiliários.

Essas normas também se aplicam às bolsas de valores e de mercadorias ou futuros, às seguradoras e corretoras de seguros, às administradoras de cartões de crédito, às empresas de *leasing* e *factoring*, além das empresas de promoção imobiliária. O leque é bastante amplo e inclui as pessoas físicas ou jurídicas que comercializam jóias.

Falsificação de remédios é crime contra saúde pública

Um dia antes de entrar em recesso (30 de junho) no final do primeiro semestre, o plenário do Senado enviou à sanção presidencial projeto originário da Câmara estabelecendo que a falsificação e a adulteração de medicamentos e de substâncias ou produtos alimentícios destinados ao consumo devem passar a ser considerados crimes contra a saúde pública. A falsificação de medicamentos, atualmente punida com um a três anos de prisão, passará, pelo projeto, a estar sujeita à pena de dez a 15 anos de prisão.

No seu parecer favorável, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou a proposta, pois, "infelizmente, a quantidade de falsificações e adulterações de alimentos e medicamentos tem aumentado expressivamente em nosso país".

Pela nova lei, o emprego de processo proibido ou de substância não permitida no fabrico de um produto também teve sua pena ampliada de detenção de um a três meses para reclusão



Lúcio Alcântara

de um a cinco anos. A discrepância entre o rótulo e o conteúdo de medicamentos e alimentos passa a ser punida com um a cinco anos de reclusão, enquanto a redução do valor nutritivo de substâncias e alimentos, considerados ilícitos penais, fica sujeita à pena de quatro a oito anos de reclusão. Realizadas em bebidas, alcoólicas ou não, essas ações criminosas receberão idêntica penalidade.

Psicotécnico obrigatório para candidato a motorista

Em janeiro, o Senado aprovou lei tornando obrigatório o teste psicotécnico para qualquer cidadão que pretenda obter carteira de motorista no Brasil. O projeto modifica, ainda, outros dispositivos previstos no Código de Trânsito Brasileiro e tramitou na Casa no tempo recorde de uma semana, para permitir sua entrada em vigor junto com o novo código.

A lei proíbe, ainda, a colocação, nos vi-

dos dos veículos automotores, de qualquer tipo de película, além de inscrições ou pinturas que possam comprometer a segurança do veículo.

Ao relatar favoravelmente o projeto, em plenário, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) considerou a avaliação psicológica dos candidatos à carteira de motorista como uma exigência fundamental para reduzir o número de acidentes no país.

Rádio Senado FM pode ser sintonizada via Internet

Apesar de estar disponível na Internet há apenas três meses e de não contar com nenhum esquema especial de divulgação, o *site* da Rádio Senado já está sendo acessado de vários pontos do Brasil e também de alguns países. É o que demonstram os *e-mails* e telefonemas recebidos com comentários dos ouvintes.

Durante sua programação, a Senado FM vem solicitando que os internautas ouvintes entrem em contato com a emissora para dar seu testemunho sobre a qualidade do áudio disponível na Internet. O resultado, até agora, aponta que o sinal da rádio é bem recebido em locais tão distantes de Brasília quanto as cidades de Rio Branco, no Acre, e Belém, no Pará, e até mesmo em estados como Michigan, Colorado e Flórida, nos Estados Unidos, e em Angers, na França.

Até o momento, nenhum ouvinte da Senado FM na Internet relatou problemas sérios na recepção do áudio, mesmo considerando o intenso tráfego nas redes das

principais capitais brasileiras. Os depoimentos apontam que o sinal em cidades como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo torna-se melhor durante os finais de semana.

AGÊNCIA SONORA

Para o mês de fevereiro do próximo ano, a Senado FM está preparando uma novidade: o lançamento de um serviço em seu *site* da Internet que vai incluir, além da programação ao vivo, uma agência sonora. Serão transmitidos *flashes* gravados sobre os resultados das votações e outras decisões do Senado Federal, além de entrevistas.

Toda a programação da Senado FM pode ser retransmitida, sem restrições, por qualquer emissora do país. Os interessados em maiores detalhes devem enviar um *e-mail* para radio@senado.gov.br, ou solicitar informações pelos fax (061) 311-4238 ou 311-4239. O endereço eletrônico da Rádio Senado FM é: <http://www.senado.gov.br>.



A comissão também autorizou crédito especial em favor do Ministério da Reforma Agrária

Comissão Representativa aprova créditos de R\$ 9 bi

Os recursos destinam-se, principalmente, à regularização dos bancos estaduais e às empresas ligadas ao antigo sistema Telebrás

A Comissão Representativa do Congresso Nacional, presidida pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN), aprovou em sua primeira reunião, na tarde do dia 16 de dezembro, três projetos de lei abrindo créditos especiais e suplementares no valor global de quase R\$ 9 bilhões. Os projetos, tramitando em regime de urgência, foram examinados no dia anterior pela Comissão Mista de Orçamento, reunindo, assim, as condições regimentais para serem incluídos na pauta da Comissão Representativa.

O primeiro item aprovado abriu crédito especial até o limite de R\$ 1,7 bilhão para investimentos nas estatais do sistema Telebrás. Segundo o líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), "não se trata de dinheiro novo e muito menos de recursos a serem injetados nas estatais telefônicas que já foram privatizadas, conforme denúncias publicadas na imprensa".

Para o senador, é um caso de sim-

ples legalização financeiro-contábil para adequar os orçamentos de investimento das telefonia fixa e celular. "Quando a Telebrás, em fevereiro passado, foi cindida em duas, os orçamentos foram mal divididos. Na verdade, dos R\$ 6 bilhões da rubrica orçamentária para 1998, aprovada pelo Congresso, somente foram usados R\$ 4,9 bilhões", garantiu Arruda.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) contestou a informação, repetindo argumentos dos deputados do PT. "As estatais sempre gastam mais do que o Congresso autoriza e, ao apagar das luzes do ano, querem aprovar créditos suplementares para não fechar seus balanços no vermelho." Ele também protestou contra a reunião da comissão, alegando que seus integrantes não foram avisados com a antecedência de 12 horas prevista no Regimento.

O segundo item aprovado autorizou crédito especial para o Ministério da

Reforma Agrária, no valor de R\$ 122,8 milhões, em favor do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, o Banco da Terra. Segundo a exposição de motivos do governo, esses recursos decorrem do excesso de arrecadação, proveniente de contas inativas não recadastradas.

A comissão aprovou, ainda, créditos suplementares no valor de R\$ 7 bilhões para atendimento ao Programa de Redução da Participação do Estado no setor bancário estadual (Proes). Segundo Arruda, esses são recursos provenientes de emissão de títulos federais para regularizar a situação de bancos estaduais que estão sendo federalizados.

Ao finalizar a reunião, o presidente da comissão, Geraldo Melo, agradeceu os congressistas pelo trabalho produtivo realizado durante 1998. "Em especial, quero louvar os servidores das duas Casas, cuja dedicação criou condições para esse bom trabalho."

Convênio com a CEF facilita aquisição de casa própria

Aberto a todas as empresas, do setor público ou privado, que possuam mais de 50 empregados, o programa "Caixa-Trabalhador" – destinado a facilitar a aquisição de moradia – estará disponível para os servidores do Senado Federal. Convênio nesse sentido foi assinado entre o diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, e a Caixa Econômica Federal.

"O convênio faz parte da política de valorização e motivação do servidor", afirma Agaciél. Já o gerente-geral da agência Congresso da CEF Lázaro Batista Carneiro, explica que os recursos do programa são da própria Caixa. Por isso, as condições de empréstimo não são idênticas às do Sistema Financeiro da Habitação.

O "Caixa-Trabalhador" oferece aos trabalhadores que desejam adquirir imóveis uma taxa de juros de 10,5% ao ano, inferior à praticada pelo SFH. Além disso, os usuários do convênio passam a ser tratados como clientes especiais, tendo acesso a seguros, taxas de cheque especial e cartão de crédito a pre-

ços e tarifas diferenciados, segundo informa Lázaro Carneiro.

O gerente destaca que o programa constitui uma linha de financiamento mais abrangente, que beneficia inclusive quem já possua imóvel. As prestações, entretanto, são redefinidas anualmente, sem relação com a variação salarial. Lázaro Carneiro informa que o financiamento não se limita apenas à aquisição de imóveis, mas permite, ainda, a abertura de crédito para construção, reforma e ampliação das moradias, além da aquisição de terrenos.

Os contratos com os servidores do Senado serão executados pelas agências da CEF localizadas no prédio principal e na Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Os interessados podem procurar, a partir do início de janeiro, os gerentes da CEF José Andrade Filho, Rubens Mazer Júnior, no Posto de Atendimento Senado Federal (antigo PAB-Cegraf), Lázaro Batista Carneiro e Vadeon Vaz Ferreira, na Agência Congresso.

TV firma acordo de cooperação com UFPE

O diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, e o reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professor Mozart Neves Ramos, assinaram no dia 15 de dezembro convênio de cooperação técnica que irá possibilitar a retransmissão do sinal da TV Senado pelos canais de televisão da UFPE.

O convênio prevê, ainda, a troca de produções realizadas tanto pelo Departamento de Comunicação Social da UFPE como pela TV Senado. Assim, as duas entidades poderão compartilhar

recursos técnicos, promover trabalho conjunto de suas equipes de jornalistas e ratear custos, quando for o caso.

Carlos Augusto Setti, jornalista da TV Senado, informa que o convênio vai facilitar a realização conjunta de programas sobre temas "como, por exemplo, a realidade nordestina, contando com a participação de senadores". Ele avalia, ainda, que essa parceria pode ser "a primeira de uma série, já que o assunto despertou a atenção de outros reitores".

Órgão pode controlar atos do Executivo

A Comissão Representativa é formada por sete senadores e 16 deputados federais que, durante o período de recesso, zelam pelas prerrogativas e pela competência legislativa do Congresso Nacional. O trabalho dessa comissão prossegue quando o Congresso é convocado extraordinariamente, como acontecerá durante o próximo mês de janeiro, porque essa convocação é exclusiva para examinar e votar os temas que integram sua pauta especial.

Compete à comissão fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, e sus-

tar os atos normativos que exorbitem do seu poder regulamentar; votar projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelo presidente da República; convocar ministros de Estado e enviá-los pedidos de informação; e exercer a competência administrativa das Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados, em casos de urgência.

Para integrar a Comissão Representativa, que ficará em funcionamento até 1º de fevereiro, o presidente do Senado escolheu como membros os senadores Carlos Patrocínio (TO) e Bello Parga (MA), pelo PFL; Nabor Júnior

(AC) e Mauro Miranda (GO), pelo PMDB; Geraldo Melo (RN), pelo PSDB; Elói Portela (PI), pelo PPB; e Ademir Andrade (PA), pelo Bloco Oposição.

A Câmara dos Deputados indicou Aracely de Paula, Osório Adriano e Paes Landim, pelo PFL; Aloysio Nunes Ferreira, Jovair Arantes e Márcio Fortes, pelo PSDB; João Henrique, Lídia Quinan e Maria Elvira, pelo PMDB; Márcio Reinaldo Moreira, Osvaldo Reis e Roberto Balestra, pelo PPB; Chico Vigilante, Fernando Zuppo e Maria Laura, pelo PT; e Duílio Pisaneschi, pelo PTB.

Simon pede revisão de decisão da ANP

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu que se inclua nos Anais ofício por ele enviado ao presidente Fernando Henrique Cardoso solicitando a revisão de decisão da Agência Nacional de Petróleo (ANP) sobre aditivos à gasolina, que causa, segundo o parlamentar, prejuízos de R\$ 20 milhões por ano ao estado

do Rio Grande do Sul. O pedido foi feito durante a reunião da Comissão Representativa do Congresso Nacional.

Segundo Simon, o antigo Departamento Nacional de Combustíveis (DNC) excluía o Rio Grande do Sul da instrução para adicionar etanol anidro à gasolina, permitindo a utilização de

metil-tercio-butil-eter (MTBE) em seu lugar. "A ANP, ao cassar essa permissão, levará o estado a perder, por ano, R\$ 20 milhões em arrecadação de ICMS. Em tempos de ajuste fiscal, qualquer renúncia de arrecadação vai na contramão do esforço e orientação do governo", argumentou o senador.

Alcântara presta homenagem a prefeito cearense

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) homenageou a memória do ex-prefeito de São Benedito, João Almir Freitas Brandão, falecido recentemente, aos 28 anos de idade. Alcântara disse que a administração de João Almir vinha se destacando como uma das melhores do Ceará, desenvolvendo programas eficientes nas áreas de turismo, educação e saúde. Em sua gestão, São Benedito "colocou-se entre os 30 municípios mais promissores do estado", elogiou o senador.

João Almir, nascido em Fortaleza, formou-se em Direito pela Universidade de Fortaleza. Elegeu-se prefeito em 1995, com 9.038 votos, mas antes já havia ocupado o cargo de vice. Também era presidente da Associação dos Prefeitos dos Municípios da Serra da Ibiapaba.

– Desejo registrar o meu voto de pesar aos familiares do prefeito, na pessoa do seu genitor, o deputado estadual Tomaz Brandão – disse Alcântara.



Alcântara elogiou programas de turismo e educação

Benedita elogia programa de reintegração de crianças

Senadora vê como exemplo iniciativa do Juizado da Infância e da Juventude do Rio, que inclui os pais na ressocialização de menores

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) registrou o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Juizado da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro no sentido de reintegrar as crianças e os adolescentes que vivem nas ruas do Rio de Janeiro às suas famílias, com a criação da Escola de Pais. A "escola", que tem como objetivo facilitar a reintegração familiar e social das crianças e adolescentes, é freqüentada semanalmente pelas famílias, durante dois meses.

Durante os encontros, informou a senadora, os pais têm oportunidade de participar de diferentes dinâmicas de grupo e resgatar sua auto-estima e valores individuais e sociais, participando de debates sobre temas que os afligem e de palestras educativas e informativas. As famílias também recebem bolsas de alimentos, vales-transporte e a orientação de assistentes sociais.

O trabalho, segundo Benedita da Silva, tem continuidade no local de moradia da família, com o apoio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e dos Conselhos Tutelares, que orientam a reintegração comunitária

das famílias e o avanço de suas conquistas.

A partir daí, segundo a senadora, o principal desafio a vencer é o da substituição da renda conseguida nas ruas, enquanto os pais procuram empregos que lhes possibilitem renda própria para cumprir seus compromissos com a criação dos filhos. A solução encontrada pelo Juizado foi a da Família Solidária. As famílias solidárias, com a intermediação do Movimento Sorriso, fariam doações destinadas às famílias assistidas pelo Juizado.

A idéia é de que cada família que está saindo das ruas receba um salário mínimo por mês durante um ano, tempo que se considera suficiente para busca de emprego e estabilização. Essas famílias serão acompanhadas pelos Conselhos Tutelares, que as orientam na construção da nova vida.

Benedita da Silva informou, ainda, que o projeto foi criado depois de levantamento minucioso da população infantil de rua no Rio de Janeiro, que soma 1.022 crianças e adolescentes. A pesquisa mostrou, ainda, que 100% deles têm referência familiar e que o sonho de todos é viver com a família.



Benedita da Silva lembrou que as crianças de rua sonham em viver com a família

Senadora registra encontro sobre trabalho infantil

A senadora Benedita da Silva registrou a realização do Seminário Internacional sobre Erradicação do Trabalho Infantil, promovido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), no dia 1º de dezembro, na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). No encontro, conforme relatou, foi constatada a necessidade da participação do governo e de toda a sociedade na criação de mecanismos e estratégias de combate ao uso de mão-de-obra infantil no serviço doméstico e na construção civil.

Diante disso, a senadora criticou o corte de R\$ 30 milhões que o governo federal fez no Orçamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil para 1999. Na sua avaliação, essa redução de recursos vai impedir que cerca de 90 mil crianças sejam alcançadas pelo programa.

– O Brasil tem, hoje, aproximadamente quatro milhões de trabalhadores-mirins. O governo não pode se furtar à obrigação de disponibilizar recursos e políticas para fazer cessar essa disfunção estrutural de nossa sociedade contemporânea – comentou Benedita.

Cortes colocam em risco resgate social

A meta de campanha do presidente Fernando Henrique Cardoso de "resgatar da indigência mais de cinco milhões de famílias, eliminar a fome e a exploração do trabalho infantil" não será cumprida, para a senadora Benedita da Silva. Sua conclusão está baseada na análise da proposta de Orçamento para 1999 enviada ao Congresso, em que 83,1% dos recursos previstos para o Programa de Renda Mínima e metade da verba destinada ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil foram cortados.

– Esses cortes superaram a média da área social, que foi de 40%. O trabalho precoce é uma das principais

causas de evasão escolar – recordou ela.

Antes dos cortes, o Programa de Renda Mínima atenderia a 14,56 milhões de pessoas em 1.254 municípios, a um custo de R\$ 320 milhões (a União arcaria com 50% do valor total). Com menos de 20% dos recursos programados anteriormente, segundo a senadora, 1,1 milhão de famílias deixarão de ser beneficiadas.

Dos R\$ 60 milhões originais para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, sobraram R\$ 30 milhões. Com esse valor, pelas projeções da senadora, o programa só poderá atender a 50% da meta inicial de 180 mil crianças. Segundo o IBGE, existem 3,8 milhões de crianças entre cinco e 14 anos de idade no mercado de trabalho.

Hollanda celebra centenário do "benfeitor de Caruaru"

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) registrou o centenário de nascimento de João Luiz Torres, que chamou de "benfeitor de Caruaru", afirmando que "sua simplicidade não impediu que se destacasse como um incansável lutador pelo bem comum e como um exemplo de dignidade e de correção em todas as circunstâncias".

João Luiz Torres nasceu em 7 de novembro de 1898, no sítio Riacho de Palha, a 15 Km de Caruaru, e faleceu em 1970. Tinha ascendência,

pelo lado paterno, do sertanista Manuel de Torres, o qual, por sua importante participação na guerra de expulsão dos holandeses, recebeu posses consideráveis na região do agreste pernambucano, na segunda metade do século XVII. Mas o pai de João Luiz foi pobre e não teve muita sorte na vida.

Assim, João Luiz cedo começou a trabalhar para sobreviver, principalmente ao ficar órfão aos 6 anos de idade, lembrou Hollanda. Ele citou o historiador Nelson Barbalho, para



Hollanda lembrou simplicidade de João Luiz Torres

quem "a história de João Luiz Torres é a história de um autêntico caruaruense, pernambucano, brasileiro, a história do sujeito pobre, de boa origem, de boa formação e obrigado a lutar, lutar sempre".

Amigo de Luiz Gonzaga, o "rei do baião", João Luiz foi gerente de uma mercearia, de uma padaria e trabalhou como barbeiro e comerciante.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Body Pump.
7h30 - *Especial/Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista; Assunto: Cirurgia da Obesidade - 2ª parte.
8h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Tai-chi-chuan.
8h30 - *Jornal do Senado*
9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Brasília.
9h30 - *Entrevista* - O senador Leonel Paiva fala sobre a profissão de acupunturista. Ele defende a criação de um curso superior nessa área e fala do projeto que regulamenta essa profissão.
10h - *Cores do Brasil* - São Luiz do Maranhão.
10h30 - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Body Pump.
11h - *Especial Unip* - O médico Dráuzio Varela entrevista Rubens Reimão. Assunto: Insônia - 2ª parte.
11h30 - *Espaço Cultural* - Apresentando uma entrevista com o ator Sérgio Brito e flashes do seu espetáculo *Meninos, eu vivi*.
12h - *Cores do Brasil* - Folclore Goiano.
12h30 - *Entrevista* com o senador Leonel Paiva sobre o projeto que regulamenta a

profissão de acupunturista.

13h - *Cores do Brasil* - Pelourinho.

13h30 - *Debate* - Os senadores Francelino Pereira e Lúcio Alcântara debatem sobre a reforma político-partidária.

14h30 - *Palestra* - Terapia de vidas passadas.

15h30 - *Espaço Cultural* - Apresentando "O homem da Amazônia".

16h30 - *Especial/Unip* - Assunto: Cirurgia da Obesidade - 2ª parte.

17h - *Cores do Brasil* - Ceará.

17h30 - *Entrevista* com o senador Leonel Paiva sobre o projeto que regulamenta a profissão de acupunturista.

18h - *Espaço Cultural* - Apresentando "O homem da Amazônia".

19h - *Palestra* - Terapia de vidas passadas.

20h - *Cores do Brasil* - Espírito Santo.

20h30 - *Entrevista* com o senador Leonel Paiva sobre o projeto que regulamenta a profissão de acupunturista.

21h - *Jornal do Senado*

21h15 - *Debate* - Os senadores Francelino Pereira e Lúcio Alcântara debatem sobre a reforma político-partidária.

22h - *Cores do Brasil* - Olinda.

22h30 - *Especial Unip* - O médico Dráuzio Varela entrevista Rubens Reimão. Assunto: Insônia - 2ª parte.

23h - *Debate* - Os senadores Francelino Pereira e Lúcio Alcântara debatem sobre a reforma político-partidária.

0h - *Espaço Cultural* - Apresentando "O homem da Amazônia".

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1,17,1,7

Patrocínio vê esforço para combater o desemprego

Uma mudança de cultura na relação entre patrões e empregados, conforme “parece estar acontecendo”, é o que pode ajudar a preservar milhares de empregos ameaçados no país, segundo entende o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Ele disse concordar com o ministro do Trabalho, Edward Amadeo, para quem essa mudança contribuirá significativamente para reduzir os efeitos do fechamento do mercado de trabalho.

Neste sentido, o senador enalteceu o recente acordo entre a Volkswagen e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo (SP), pelo qual 26 mil trabalhadores aceitaram a redução da jornada e dos salários de parte dos funcionários para que a empresa abandonasse a idéia de realizar demissões imediatas.

Contudo, Patrocínio lamentou que um grande número de trabalhadores brasileiros, como já aconteceu no ano passado, continue ameaçado de perder o



Patrocínio citou a descentralização em Tocantins como exemplo

emprego: “Retornam, agora, à mesma incerteza. E quantas úlceras, quantos infartos, quantas preces e quantas lágrimas povoarão a vida desses infelizes!”

Dentro desse contexto, Carlos Patrocínio conclamou os senadores e depu-

tados – “co-responsáveis pelo destino da nação” – a analisarem com prudência as medidas propostas pelo Executivo, com vistas ao equilíbrio das contas públicas. Para ele, o fundamental é “ter em mente que, apesar de todas as determinações da economia, a prioridade máxima deve ser a área social, o bem-estar do povo brasileiro”.

Também os governadores eleitos e o presidente da República, observou o senador, têm dado mostras de que estão preocupados em encontrar uma saída para o problema. Ele citou o encontro de Fernando Henrique com um grupo de empresários, quando o presidente teria proposto diminuir os juros em troca de uma trégua nas demissões.

Outro exemplo – disse Patrocínio – é o que o governador de Tocantins está fazendo, ao redistribuir funcionários através da descentralização administrativa a ser incrementada a partir do próximo mês de janeiro.

Odacir pede reflexão sobre papel das ONGs

Ao assinalar que as organizações não-governamentais (ONGs) são iniciativas privadas que não visam lucro, integrando cidadãos que participam, de modo voluntário, em ações pelo interesse comum, o senador Odacir Soares (PTB-RO) chamou, no entanto, à reflexão para o papel desempenhado por essas instituições.

Segundo Odacir, a imagem de voluntarismo franciscano do chamado “terceiro setor” – não lucrativo e não-governamental – é falsa e não devemos nos iludir com apelos para doações. O senador observa que uma das críticas feitas às ONGs é sobre a origem dos seus recursos. “O jornal *O Correio*, da União Européia, em edição de julho/agosto de 1995, aponta fontes de financiamento que seriam, majoritariamente, governamentais.”

Odacir Soares cita artigo de Cláudio Santana, ex-vice-presidente da CUT/DE, publicado na *Gazeta Mercantil*, em 20 de janeiro deste ano, segundo o qual “as ONGs sugam do orçamento governamental da Grã-Bretanha mais de 40%, na Itália, Grécia e Noruega, este índice pode chegar a 80%”. O senador informa que, segundo o mesmo artigo, o Banco Mundial avalia que as ONGs registradas na Índia administram US\$ 520 milhões por ano. Odacir assinala, no entanto, que este novo lugar ocupado pelas ONGs está sendo concedido pelos governos a par-

tir de alguns princípios básicos:

– O primeiro é o do descomprometimento dos Estados nacionais com os serviços sociais: saúde, educação, saneamento básico. O descomprometimento dos governos com as reivindicações dos trabalhadores é paralelo ao comprometimento dos orçamentos públicos para aumentar os lucros do setor privado, tais como pagamento da dívida externa, privatizações e liquidações do patrimônio público – esclareceu o senador.

Odacir disse que o próprio presidente Fernando Henrique reforça essa sua posição no livro *Mãos à Obra, Brasil*, quando afirma que “muitas ONGs voltadas para a prestação inovadora de serviços públicos já substituíram ou podem vir a substituir, com maior eficiência, a atuação estatal insuficiente ou, às vezes, inexistente”.

Para o senador, essa política, se vier a ser implementada, pretende criar agências executivas, trocar o Regime Jurídico Único pelo contrato de gestão. Diante disso, Odacir Soares lança um alerta: “Quem poderá assegurar a qualidade dos serviços e a execução por entidades fora do alcance das normas do serviço público, das fiscalizações e auditorias dos tribunais?”. Odacir afirmou que, dentre as 4.327 ONGs na América Latina, o Brasil já ocupa o primeiro lugar, com 1.010 organizações cadastradas.



Odacir: em muitos países, ONGs vivem do orçamento público

Mauro exalta trabalho da Comissão do Centro-Leste

A Comissão Especial do Corredor Centro-Leste reuniu, ao final de dois anos de trabalho, um importante conjunto de informações sobre a incorporação dos cerrados ao conjunto da economia brasileira. A avaliação é do relator da comissão, senador Mauro Miranda (PMDB-GO), que ressaltou a atuação dos senadores José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) e Jonas Pinheiro (PFL-MT), como presidente e vice-presidente da comissão, respectivamente.

Mauro Miranda disse que, como relator, pôde acompanhar a metodologia utilizada para a condução dos trabalhos, com audiências públicas, encontros e seminários, o que possibilitou recolher informações mais adequadas de diversas fontes do setor público e da iniciativa privada relacionadas com o Corredor Centro-Leste.

Para ele, os objetivos da comissão foram atingidos, ficando patente que a cooperação e a parceria entre o governo e a iniciativa privada constituem instrumentos essenciais para a modernização do Corredor Centro-Leste. “A privatização e a descentralização são estratégias de ação essenciais para que se atinjam as metas de desenvolvimento que todos nós buscamos alcançar.”



Mauro: elogios ao comando da comissão

TV Senado exhibe hoje retrospectiva das votações de 1998

Vai ao ar hoje, na TV Senado, um jornal com um balanço das principais matérias debatidas e aprovadas pelo Senado neste ano. O noticiário, que faz uma retrospectiva da apreciação de propostas como as reformas administrativa e da Previdência e de muitas outras matérias importantes, será reapresentado amanhã, às 3h30, 8h30 e 20h, e no sábado e domingo, às 5h, 16h30 e 22h30.

Na véspera de Natal, a programação da emissora entra no clima da festa. Às 21h, transmite a missa de Natal celebrada pelo cardeal dom Paulo Evaristo Arns no Salão Negro do Congresso, no último dia 10; às 22h, exhibe um es-

pecial com a apresentação feita na Alemanha pela bailarina brasileira Márcia Aydée; e à meia-noite, vai ao ar uma edição de duas apresentações do Coral do Senado, com músicas natalinas cantadas pelos servidores da Casa e por seus filhos.

No dia 25, às 21h, a TV dá seqüência à transmissão da série cedida pela embaixada da China, com a exibição de um vídeo sobre a fauna daquele país, que será reapresentado nos dias 26 e 27, no mesmo horário.

E nos dias 1º, 2 e 3 de janeiro de 1999, também às 21h, será a vez do vídeo sobre a Ópera de Pequim.

Francelino quer aplicação da fidelidade partidária

A fidelidade partidária deve ser votada o mais rápido possível. Foi o que defendeu o senador Francelino Pereira (PFL-MG) em debate na TV Senado sobre a reforma política. Para o senador, os partidos são, hoje, meras representações utilizadas em período de campanha eleitoral. Depois de eleitos, os políticos não têm mais compromisso com a legenda e, em conseqüência, o Poder Executivo não obtém maioria para governar, analisou o senador.

Já para o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que debateu o assunto com Francelino Pereira, a fidelidade partidária deve ter limites para não se tornar uma arma destinada a manietar os políticos. O senador lembrou que, de acordo com a Constituição, o parlamentar é inviolável por sua opinião, pa-

lavra e voto. Lúcio Alcântara disse ser contra o retorno do voto de liderança e defendeu a ampliação da democracia interna dos partidos antes que a fidelidade partidária seja aprovada.

O sistema eleitoral, o financiamento das campanhas políticas e a questão de manter ou acabar com o voto obrigatório também foram debatidos pelos senadores, membros da Comissão Especial destinada a Estudar a Reforma Político-Partidária.

O debate vai ao ar hoje, às 13h30, 21h15 e 23h.



Francelino participa de debate

Lobão envia à CFC caso dos títulos alagoanos

O senador Edison Lobão (PFL-MA) anunciou que vai enviar para a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) as respostas às suas indagações, formuladas em requerimento ao Banco Central, sobre as perdas de aplicabilidade dos títulos emitidos pelo estado de Alagoas e pelos municípios paulistas de Osasco e Campinas para pagamento de precatórios.

Edison Lobão alertou que vai tomar a medida por não estar convencido das explicações que o Banco Central



Edison Lobão

ofereceu. Ele entende que a instituição pautou sua ação na letra fria da legislação vigente:

– Contudo, o fato e suas explicações não podem passar despercebidos pelo Senado, pois em relação aos estados e municípios cabe-nos a responsabilidade constitucional (artigo 52 e vários de seus incisos) de autorizar operações externas de natureza financeira e estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida – explicou o parlamentar.